

O passado, a lapidação e a lusitanidade – Moysés Vellinho e os elogios a Gilberto Freyre (1962)

The past, stoning and lusitanity – Moysés Vellinho and the praise of Gilberto Freyre (1962)

Pâmela Cristina de Lima¹

Resumo

Este estudo tem como objetivo compreender a construção discursiva Moysés Vellinho (1962) em torno dos ideais de lusitanidade transversalmente defendidos por Gilberto Freyre em seus escritos. Para tal, analisaremos um texto publicado pelo primeiro acerca das obras do segundo, presente na obra *Aparas do Tempo* (1981), uma seleção de textos e ensaios escritos por Vellinho ao longo de sua vida, empreendida pelo próprio autor. Nos ateremos a compreender as relações interdiscursivas entre os autores e suas premissas, percebendo traços de continuidade dos pressupostos defendidos por Freyre na historiografia velliniana.

Palavras-Chave: Moysés Vellinho; Gilberto Freyre; Lusitanidade.

Abstract

This study aims to understand the discursive construction Moysés Vellinho (1962) around the ideals of lusitanidade transversally defended by Gilberto Freyre in his writings. To this end, we will analyze a text published by the first about the works of the second, present in the work *Aparas do Tempo* (1981), a selection of texts and essays written by Vellinho throughout his life, undertaken by the author himself. We will focus on understanding the interdiscursive relationships between the authors and their premises, perceiving traces of continuity of the assumptions defended by Freyre in Vellinho's historiography.

Keywords: Moysés Vellinho; Gilberto Freyre; Lusitanidade.

¹ 1174267@upf.br

Ferramentas de Lapidação

Sem a obra de valorização do português, lucidamente empreendida por Gilberto Freyre, seria difícil descer aos alicerces e apreender o sentido desse monumento (Moysés Vellinho, 1962).

A todo o tempo, enquanto historiadoras e historiadores, estamos empreendendo recortes. Em nossos estudos, delimitamos a extensão de nosso objeto, a amplitude temporal e mesmo os estratos que estarão contemplados na análise a ser empreendida. Este exercício compõe parte fundante de nosso métier, uma vez que estrutura e sustenta a pesquisa à qual nos debruçaremos. Assim, podemos dizer que recortar, em nosso ofício, assemelha-se àquilo que o artista faz quando se propõe a lapidar um bloco de pedra: selecionando ferramentas adequadas, trilhando itinerários consistentes e mobilizando conhecimentos, somos capazes de dar forma, construir e moldar. Ao sabor de nossas pretensões, interesses ou compromissos, nos colocamos na labuta que lapida e esculpe, dando formas e contornos variados. Nossa pedra, porém, é tão impalpável quanto fluida. Frágil. Moldável.

Aos nos colocarmos na posição de escultores, para prosseguirmos com a analogia aqui proposta, empunhamos as ferramentas que darão forma ao produto final. Se, no bloco de pedra, as consequências são sólidas e evidentes, no historiar as coisas não se dão da mesma maneira. Ao empunharmos nossas ferramentas, pena e tinteiro, dialogamos diretamente com vidas, experiências, representações e construções. A base de nosso produto final são os tortuosos caminhos percorridos por grupos e sujeitos ao longo de diversos estratos de tempo, por vezes amalgamados, mesclados... conectados. Esta dimensão é nevrálgica e não pode ser negligenciada. Não temos em nossas mãos uma simples pedra inanimada. Temos, ao contrário, vivências e culturas, tão diversas quanto amplas.

Tal como escultores que escolhem suas ferramentas, nós, historiadoras e historiadores, elencamos nossos métodos e teorias, caminhos possíveis que nos conduzirão às respostas que tanto procuramos, pelas quais tanto ansiamos. Epistemológica e metodologicamente, nos guiamos, na contemporaneidade, por caminhos que nos propiciem refletir e compreender profundamente as conjunturas que nos propomos a analisar. Porém, nossa História também possui uma história. Se hoje nos sentamos confortavelmente nos bancos das Academias, compreendendo-as como espaços de saber legítimo, houve um tempo em que este status era atribuído a núcleos letrados. Se pararmos para pensar, ambas possuem ao menos um ponto em comum – a atuação enquanto fornecedoras das ferramentas a serem usadas na lapidação do passado que se traz à voga.

Em nosso ofício, trabalhamos a partir de formas já esculpidas e retrabalhadas pelos diversos sujeitos que a originaram. Não somos os primeiros, nem seremos os últimos a formar. Somos, ao contrário, observadores atentos a partir de nossa conjuntura, buscando fazer o melhor contorno possível a partir das ferramentas que possuímos e que, aliás, tendem a se tornar obsoletas a partir do olhar de novos/futuros escultores. Mas nem sempre se pensou assim. Muitos foram os historiadores que se pretenderam pioneiros no ato de moldar, ignorando marcas de historicidade e construindo formas a seu bel prazer, satisfazendo interesses, demandas ou mesmo cristalizando versões predo-

minantes. Como matéria prima, o passado. Como produto final, o discurso com quês de plausibilidade, necessários à sua sustentação.

Esta breve introdução nos parece capaz de familiarizar o leitor àquilo que Moysés Vellinho (1901-1980) empreendeu. Trouxemos à voga a analogia escultor-historiador porque nos pareceu pertinente tanto para compreendermos nosso próprio ofício e seus quês, quanto para nos aproximarmos da vida e obra do referido autor, uma vez que este empreendeu recortes e atribuiu formas à sua historiografia, operações estas que fornecem subsídios à análise que pretendemos empreender. Partindo da escultura velliniana, certamente moldada a partir de tantas outras, esculpe-se a nossa peça, com a finalidade de compreender melhor que formas são estas que Vellinho propôs ao final de sua vida, ao selecionar para *Aparas do Tempo* (1981), publicada postumamente, um texto que tratou da valorização do português sob a ótica de Gilberto Freyre. Mais do que isso: compreende-se que não há peça definitiva em se tratando da ciência histórica, cujas ferramentas não possuem garantia eterna, estando sempre abertas a recálculos, revisitas e reflexões.

Interesses em jogo

O “monumento” ao qual Moysés Vellinho se referiu no trecho que recortamos para compor nossa epígrafe diz respeito ao Brasil brasileiro difundido nas obras de Gilberto Freyre, sobretudo em *Casa Grande & Senzala*, publicada em 1936. Desde que começou a atuar como crítico literário nos jornais de Porto Alegre, na segunda década do século passado, como letrado atuante no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), nos anos 1940, ou então como docente temporário na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) nos anos 1950 (RODRIGUES, 2002; 2006), Vellinho construiu peças discursivas que estiveram filiadas à valorização da lusitanidade como eixo estruturante da formação sul-rio-grandense, admitindo a mestiçagem com outras etnias, mas desvalorizando-as qualitativa e quantitativamente enquanto componentes de tal formação. Na composição tecida por Vellinho, os indígenas e africanos foram corpos disponíveis aos trabalhos. No caso das nativas, também aos desejos, fantasias e violências dos “desbravadores do sertão” (VELLINHO, 1970). A exploração sexual maciça, violenta e brutal foi taxada pelo autor como amor submisso, numa narrativa repleta de justificações tão implausíveis quanto desumanas.

O ingresso de Moysés Vellinho no IHGRGS em pleno fim da década de 1940 é extremamente significativo para compreendermos os contornos que esculpiu em sua escrita da história, lapidando fatos, sujeitos e grupos a partir de demandas que se impunham em sua contemporaneidade. Apoiador de Getúlio Vargas, se mudaria para o Rio de Janeiro e atuaria junto ao presidente em sua gestão, decepcionando-se e retornando ao Rio Grande do Sul nos anos 1940 (HERCHMANN, 2013), período em que passaria a compor os quadros do IHGRGS, fundaria a *Revista Província de São Pedro* e estaria cada vez mais ligado ao fazer historiográfico, assumindo cargos na direção da agremiação histórica sul-rio-grandense, da década de 1950 até seu falecimento, em 1980 (RODRIGUES, 2006). As ferramentas que elencou para tal empreitada, no entanto, foram diferentes daquelas em voga nas ciências sociais no período, que valorizavam o viés folclórico e “popular” para interpretar a história (NEDEL, 2005). Parte da cúpula do IHGRGS, conforme já referido, Vellinho aproximou-se cada vez

mais de discursos conservadores, marcadamente voltados à valorização lusitana na formação brasileira e sul-rio-grandense, por extensão, negligenciando outros aspectos calcados na multiplicidade, diversidade e dinamismo cultural. Dando prosseguimento à teia discursiva que o precedeu, cujos expoentes foram Aurélio Porto, Souza Docca e Othelo Rosa (GUTFREIND, 1992), Vellinho marcaria também o apogeu e fim de um modelo historiográfico calcado em determinismos, justificações implausíveis e sacralização dos objetos (MARTINS, 2019), que até os anos 1950 dominou o fazer historiográfico sul-rio-grandense e ditou a forma que as esculturas tomariam, uma vez que oferecia as ferramentas privilegiadas à lapidação em voga. O fazer historiográfico iria progressivamente se desvencilhar do núcleo das relações pessoais e afiliar-se ao das Academias (RODRIGUES, 2002), com novas ferramentas e, conseqüentemente, novas formas ao produto final, embora o Instituto tenha figurado e funcionado como mestre (NEDEL, 2005) no ofício que se empreendia.

De Nordeste a Sul – os elogios a Gilberto Freyre

Em inúmeros trechos de sua escrita da história, Vellinho menciona Gilberto Freyre, sobretudo em *Capitania d’El Rei*, publicada em 1964, obra na qual o primeiro se dedicou a estudar os temas ligados à formação sul-rio-grandense. De maneira epistemicamente violenta, Vellinho mobilizou noções e representações em prol da afirmação de um Brasil coeso, do qual o Rio Grande do Sul teria feito parte desde o início, de forma indissociável. Para Vellinho, portanto, era preciso “corrigir” certas versões sobre o passado sul-rio-grandense, sobretudo aquelas que o vinculavam a supostos ideais de separatismo frente ao todo. O viés pelo qual o autor desenvolveria sua escrita contemplou, sobremaneira, a afirmação da lusitanidade brasileira e sul-rio-grandense, por extensão. Discursivamente, calcado na ideia de drama de fronteira (VELLINHO, 1970), o autor buscou apresentar os portugueses e seus descendentes como verdadeiramente civilizados, ligados ao trabalho e familiarizados com a vida social. Por outro lado, em contraste, o autor apresentaria a colonização espanhola como nefasta, interesseira e não civilizada, colocando qualquer influência sua à margem da história sul-rio-grandense. Esta última, por sua vez, ganha na narrativa velliniana a imagem de um passado marcado pela necessidade de defesa e resistência frente aos platinos incivilizados e aos missionários ávidos, numa busca incessante por estender a colonização e levar a Cruz e a Lei àqueles que não a possuíam, evitando a todo o custo que o Brasil se perpetuasse enquanto um país “índio cretino” (VELLINHO, 1970).

A intranquilidade vinha de fora: eram as eternas disputas e incidentes com os castelhanos. E diante do inimigo externo, o Rio Grande tinha que apresentar-se como um só corpo, sob um comando que se fazia respeitar. Aí está a origem dos nossos hábitos de acatamento à autoridade. O senso público de disciplina impunha-se a cada um como condição de segurança para todos. A necessidade comum de defesa foi fator político que nos preservou da dispersão e anarquia características do Prata (VELLINHO, 1970, p. 168).

Os “de fora” eram os castelhanos, sujeitos que viviam no Prata (atuais Argentina, Uruguai e Paraguai). Construindo uma retórica da alteridade (HARTOG, 2014) por meio dos contrastes e da diferenciação, Vellinho empreendeu diversas legitimações, cujo pano de fundo era a glorificação da

atuação portuguesa. Em se tratando dos bandeirantes – luso-brasileiros que saíam da atual região de São Paulo em busca de riquezas e nativos para o trabalho –, por exemplo, Vellinho não pouparia elogios. Embora reconhecesse a violência que perpetravam em relação aos indígenas, no trabalho e na cama, o autor aponta uma certa “dívida” que os brasileiros teriam para com aquele grupo. Da descoberta aurífera à “civilização”, teriam sido eles os precursores do Brasil branco, europeizado, civilizado. No caminho disto, as indígenas e seus ventres – para que o país se civilizasse, era necessário haver a mistura, miscigenação no cerne da qual há o estupro travestido de submissão voluntária da indígena e do meio, tão brutalmente feminizado e sexualizado quanto as mulheres. Eram as “rudes fêmeas” com “cheiro de pecado”, que não perdoavam sequer a batina dos padres e que representavam “tentações” constantes, onde a terra, “como num ato feminino de entrega, se agacha aos pés do homem, estirando-se em curvas submissas e arrastando-se com humildade” (VELLINHO, 1970, p. 22; 69; 230). Eis o eixo epistemicamente atenuador, violento e sexualizado da narrativa velliniana.

Capitania foi publicada dois anos depois do ensaio de Vellinho que tomamos à análise neste estudo. Se, na primeira, Vellinho aplicou conceitos e noções desenvolvidas por Freyre, no ensaio que analisaremos o autor parecia preparar um elogio a este último, valorizando pontos de sua obra que apareceriam como verdades históricas nas relações interdiscursivas que travou. Em outros termos: Vellinho concordaria com Freyre quanto às heranças marcadamente portuguesas na formação brasileira, atribuindo a elas a responsabilidade “civilizacional” que teria constituído o Brasil. Por outro lado, numa relação de polissemia (ORLANDI, 2020), Vellinho não atribui à formação brasileira e sul-rio-grandense, sobretudo, as heranças múltiplas, como de africanos, indígenas e espanhóis. É pela ação portuguesa que o Brasil teve gênese, e é nela que se encerra de maneira mais significativa. Eis o que embasaria o pensamento velliniano em Capitania e renderia tantas citações a Freyre.

Gilberto Freire e a Valorização do Português foi um ensaio escrito por Vellinho para a obra Gilberto Freyre: sua ciência, sua filosofia, sua arte, que comemorava seu vigésimo quinto aniversário quando da publicação do ensaio, em 1962. A versão da qual dispomos se encontra em Aparas do Tempo (1981) que, conforme mencionamos, diz respeito a uma seleção de textos de Vellinho feita por ele próprio. Lembramos que Freyre foi intensamente lido pelos letrados sul-rio-grandenses, chegando inclusive a estar no Rio Grande do Sul, conviver com Vellinho e publicar na Província de São Pedro (NEDEL, 2005; 2007; RODRIGUES, 2006), periódico cujo idealizador e diretor era... Moysés Vellinho. As recorrentes citações a Freyre em Capitania, a seleção de um texto dedicado à sua obra para compor o último livro de Vellinho e as relações interdiscursivas entre ambos deixam claro que nosso autor lia, admirava e se baseava nos escritos do pernambucano. Do Nordeste ao Rio Grande construído como região na narrativa velliniana, muitas seriam as similaridades na maneira de lidar com o passado, bem como de instrumentalizá-lo.

As proposições do mestre pernambucano

Ao iniciar seu texto elogioso à pessoa e à obra de Gilberto Freyre, Vellinho deixa clara sua opinião quanto a este último, manifestando-se enquanto admirador das supostas renovações trazidas às ciências sociais pelo autor pernambucano.

Nos domínios da nossa história social a obra de Gilberto Freyre reveste a importância de um divisor de águas. Antes das proposições do mestre pernambucano, que vieram abrir novas perspectivas e desvendar novos campos de pesquisa aos estudos interpretativos da formação brasileira, vivíamos mais ou menos enfeudados ao preconceito de que culturalmente éramos apenas um prolongamento ultramarino do Velho Mundo (VELLINHO, 1962, p. 129).

Observando atentamente este trecho usado por Vellinho como introdução de seu ensaio, percebemos que a estratégia discursiva que o guiará ao longo do escrito já está lançada – o Brasil não era uma parte sumariamente colonial de Portugal, mas sim um prolongamento do país ibérico. Isto é considerado a partir de pontos de concordância com Freyre, citados por Vellinho de forma despreocupada quanto às referências. Percebemos trechos que dialogam diretamente com *Casa Grande & Senzala* (1933) – referida no texto –, *Sobrados e Mucambos* (1936) e *O mundo que o português criou* (1940), sobretudo quando Vellinho defende a miscigenação como fundante da “civilização brasileira”, bom convívio de raças no Brasil, afastando o caráter violento da escravidão e dominação e, ainda, a valorização dos portugueses como engrenagem master da “engenharia social”, proposta por Freyre. Concordando com este último, e partindo de seus pressupostos para tal, Vellinho prosseguiria:

Das considerações de Gilberto Freyre se conclui que seria um erro medir a história do pequeno país ibérico pelo seu âmbito e pelo seu tempo continental, isto é, pelas alternativas de esplendor e decadência da metrópole. O destino que coube a Portugal, e em cujo cumprimento ele revelou todo o poder criador de sua vocação, projetou-o para além dos mares, num anseio de comunicação e de multiplicação como os tempos modernos não conhecem igual (VELLINHO, 1962, p. 134-135).

Em relação de paráfrase e interdiscurso (ORLANDI, 2020) no que tange a Freyre, isto é, retomando e ratificando os pressupostos defendidos por ele, Vellinho consolida em seu discurso a ideia de um Brasil que não era somente parte do império marítimo português, mas que, sobretudo, era membro formador do que fora Portugal no passado. Para Vellinho, quem chamou a atenção dos letrados brasileiros para tal aspecto foi Freyre, em sua incansável busca para “pôr em evidência o sentido humano e cristão desta vasta empresa” (VELLINHO, 1962, p. 137) que deu origem ao que hoje se chama Brasil. A partir dos escritos freyrianos, Vellinho seguiria tratando da suposta adaptabilidade dos portugueses frente a outros povos, nas mais variadas dimensões da vida humana.

A gente lusitana, nascida com o ânimo da aventura e o dom de cruzar-se e fraternizar com outros povos sem quaisquer reservas ou discriminações, estava destinada, pela conquista e pelo caldeamento, a afeiçoar o trópico às coordenadas dominantes da civilização européia. Com sua prodigalidade de alma e de corpo, chamada a suprir-lhe a escassez numérica, foi o português, sempre sensível às experiências e tradições locais, construindo e dilatando o seu mundo por todos os continentes, ajudado no seu expansionismo pela própria cumplicidade dos povos dominados (VELLINHO, 1962, p. 136).

Neste fragmento do discurso velliniano, percebemos que os argumentos do autor se conectam e perpassam pela ideia de miscigenação como benesse, tão defendido por Freyre. Embelezar e narrar de maneira tênue o processo de apropriação do meio e dos corpos é uma característica presente nos textos de Vellinho (1962; 1964), assim como nos de Freyre (1933), de forma abrandada, matizada

e esculpida ao sabor dos interesses de seus autores, que viam no passado nacional os instrumentos necessários à consolidação do Brasil como um país civilizado. Não se tratava de negar a existência da pluralidade, mas sim de colocar a atuação e as heranças lusitanas como chaves para a formação brasileira, negligenciando tantas outras influências significativas e duradouras. Era, em outros termos, a tentativa de construir o Brasil como um mundo criado pelos portugueses, tomados por Freyre – e depois por Vellinho – como verdadeiros escultores da nacionalidade.

Legado de Portugal, deve-lhe o Brasil o milagre de sua unidade cultural e psicológica. Mais ainda, deve-lhe o espírito de tolerância, compreensão e cordura, com o qual estamos erguendo, descon-tadas as quebras próprias da condição humana, o monumento da nossa democracia étnica e social. Sem a obra de valorização do português, lucidamente empreendida por Gilberto Freyre, seria difícil descer aos alicerces e apreender o sentido desse monumento (VELLINHO, 1962, p. 139).

Se somos como somos, devemos isso aos portugueses. Na ótica velliniana, isto se converteria no elogio ao bandeirantismo – apesar de seus “rasgos de violência”, restaria uma dívida, que “não há como pesar ou medir”, que os colocaria “acima do bem e do mal” (VELLINHO, 1970, p. 66): a integração nacional e a multiplicação da gente, civilizando pelo sangue uma população fadada ao insucesso. Ao valorizar o português, tal como fez Freyre em seus escritos, Vellinho matiza seu discurso de vermelho-sangue, engendrando-o a partir da brutalidade discursiva, embora reconheça as violências perpetradas. O embasamento para isto é encontrado no extremo-nordeste da casa grande e da senzala, dos escravos na vida sexual e da glorificação obstinada aos lusitanos. Não se trata aqui de questionar o legado de Freyre, ou mesmo sua competência enquanto sociólogo, nem de menosprezar o trabalho de Vellinho enquanto historiador. Trata-se, sim, de perceber que por trás dos melhores escultores reside uma sábia escolha de ferramentas para chegar a uma forma que satisfaça seus interesses.

Considerações finais

Este breve estudo teve como objetivo principal demonstrar o quão relacionada e embasada na escrita freyriana está a historiografia de Moysés Vellinho, que vê na expansão lusitana a gênese do Brasil civilizado que se pretende apresentar. Escrevendo num contexto marcado por renovações latentes nas ciências sociais e nas maneiras de se conceber o fazer historiográfico, Vellinho alicerçaria sua escrita da história nos pressupostos daquele que chamou de mestre, diretamente relacionados à glorificação dos portugueses enquanto agentes favoráveis à unificação e nacionalidade brasileiras. A partir destas ferramentas, Vellinho teceu sua escrita da história, marcadamente calcado na afirmação do bandeirismo como benéfico ao Brasil, uma vez que o tomou enquanto símbolo de integração nacional e sociabilidade, numa composição discursiva estruturada a partir da miscigenação enquanto primordial à civilização, mesmo com seus vários quês de brutalidade, violência e exploração.

Retomamos, ao final, aquilo que afirmávamos no início deste texto: a todo o tempo, enquanto historiadores, estamos elencando ferramentas e esculpindo formas a partir de nossos recortes de tempo e objeto. Assim, estaremos atendendo demandas – e mesmo anseios – que nos são caros. Freyre, ao elencar a lusitanidade como bandeira, atendia às demandas de demonstrar um Brasil

brasileiro em suas raízes. Vellinho, neste âmagô, buscaria demonstrar o quão patriota era seu Rio Grande do Sul, do começo ao presente, repousando preconceitos e brutalidades embaixo das sombras da miscigenação e suas supostas benesses.

Fontes

VELLINHO, Moysés. Gilberto Freyre e a Valorização do Português. In: _____. **Aparas do Tempo**. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1981, p. 129-139.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1996.

_____. **Casa-grande & Senzala**. São Paulo: Atual, 2002.

_____. **O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas**. São Paulo: É Realizações, 2010.

GUTFREIND, Ieda. **A historiografia rio-grandense**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

HERCHMANN, Viviane Viebrantz. **Moysés Vellinho (1901-1980): o intelectual da província**. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2132>. Acesso em: 20 maio 2022.

MARTINS, Jefferson Teles. **O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956)**. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6302>. Acesso em: 22 ago. 2019.

MARTINS, Jefferson Teles. O papel do Gabinete de Pesquisa em História do Rio Grande do Sul na tomada do bastão historiográfico do IHGRGS pela UFRGS. In: SOARES, Fabrício Antônio Antunes; MARTINS, Jefferson Teles [org.]. **História e Historiografia sul-rio-grandense**. Criciúma: Editora da UNESCO, 2019, p. 223-252.

NEDEL, Letícia Borges. **Um Passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)**. Brasília: Universidade de Brasília, 2005. Tese (Doutorado em História). Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/15294>. Acesso em: 01 fev. 2022.

NEDEL, Letícia Borges. **A Recepção da obra de Gilberto Freyre no Rio Grande do Sul**. Maná, 2007, p. 85-118. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/KJN7yvTkGXfP7CmGJCQ3bj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 jul. 22

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**. Campinas: Pontes, 2020.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil – de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa M. **Brasil – uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SOARES, Fabrício Antônio Antunes. **Farrapos de estórias: romance e historiografia da Farrou-pilha (1841-1999)**. Tese – Doutorado em História, Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS): Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/8207>. Acesso em: 15 jul. 2019.

VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. **Revista Tempo**, 1999, n. 8, v. 4. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/tempo/artg8-1>. Acesso em: 08 set. 2022.

VELLINHO, Moysés. **Capitania d’El-Rei – aspectos polêmicos da formação rio-grandense**. Porto Alegre: Editora Globo, 1970. Coleção Província.